

UM ENSAIO SOBRE A CRIAÇÃO DO TEATRO SANTA IZABEL NA VILA DE DESTERRO

Izabel Cristina Knoll
Historiadora, formada pela UFSC

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de restaurar historicamente o desenvolvimento cultural de Desterro quando da construção de seu primeiro teatro.

Sabendo das dificuldades que iria encontrar, mediante a falta de fontes com relação ao Teatro Santa Izabel, parti para as fontes primárias como principal subsídio desta minha pesquisa.. A coleta dos documentos, de jornais e manuscritos existentes no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina; e a pesquisa no livro Nossa Senhora do Desterro - Memória I, do historiador Oswaldo Rodrigues Cabral, me fizeram ver que muito ainda se tem a contar sobre a vida cultural de nossa Capital.

Inicialmente,este trabalho abordará o panorama político, econômico e social da Vila de Desterro no Século XIX, período este em que encontramos o propósito da sociedade em construir o teatro na Vila da Capital. Num segundo momento, será abordado o período de 21 anos entre a construção e a conclusão das obras, onde serão enfocados os problemas iniciais de pagamentos das contas dos sócios, o uso do teatro pelas companhias vindas de fora, pequenos reparos para corrigir os problemas da má construção e

conservação, sobre a intenção de o Governo levá-lo à leilão público e ainda sobre os vários arrendamentos ocorridos neste período. Finalmente, será abordado os últimos 14 anos como Santa Izabel, onde ocorreram uma série de pequenas reformas exigidas pelo Governo, feitas para dar, às companhias que freqüentemente buscavam suas instalações, maior comodidade e melhores equipamentos.

Panorama Político, Econômico e Social do Século XIX.

No início do século XIX a Capitania de Santa Catarina era constituída de pequenas vilas que cresciam lentamente. A vila de Nossa Senhora do Desterro, sobressaía-se das demais vilas vizinhas, pois apresentava uma perspectiva de maior desenvolvimento tanto político - econômico como social. É o próprio Oswaldo Rodrigues Cabral que nos mostra o quanto todos os viajantes que por aqui passavam, teciam elogios à população da vila Capital que tão bem os recebia (1).

Desterro possuía um porto regular muito bem estabelecido na então Baía Sul, de onde circulavam as mercadorias para o comércio local e próximo a praça central. A Vila de Desterro era um ponto estratégico entre o Rio de Janeiro e Montevidéu, isto valorizava os seus

portos, pois os navios de guerra ou mercantes procuravam suas baías para o abastecimento de água potável e troca de mercadorias, partindo, em seguida, para o Rio da Prata.

Da obra: Ilha de Santa Catarina, relato de viajantes estrangeiros no século XVIII e XIX, de autoria de Paulo Berger, podemos concluir que a afluência de estrangeiros e nacionais que por aqui aportavam, em contato com a população, principalmente com os comerciantes e os políticos, exerceram uma grande influência na cultura local.

A vinda da Família Real para o Brasil em 1808 e os reflexos da permanência do Governo Português também trouxe benefícios para a Vila de Desterro. É neste período que a família Real traz consigo Companhias Teatrais e Operísticas, inculcando o hábito das apresentações artísticas na metrópole, impulsionando o surgimento de novas casas de espetáculos (2)

O comércio começa a se intensificar através da exportação de mercadorias a fim de suprir as necessidades dos novos mercados. Produtos como farinha de mandioca, açúcar, feijão e café eram os mais requisitados (3). Com isso, tem-se a certeza de que a situação econômica da vila tenderia a ser, modificada, criando uma classe que apresentava uma situação econômica privilegiada que passou a interferir nas atividades políticas e culturais da Vila da Capital, conforme cita Nereu do Vale Pereira em sua obra: A modernização em Florianópolis.

Em 1823 a Capital da Província é levada a categoria de Cidade por Decreto do Imperador Dom Pedro I, e somente após esta data é que acontece o surgimento de atividades literária e cultural na então Vila de Nossa Senhora do Desterro.

Encontramos na obra de Tau-nay (4), a admiração dos visitantes à Ilha com a apresentação da sociedade nas recepções. As mulheres utilizando trajes de influência francesa e apresentando um certo interesse pelos saraus culturais.

Recorremos ainda a Cabral (5), em comentar economicamente a sociedade Desterrense. Achava-se bem definido um pequeno grupo economicamente enriquecido e o povo sem condições econômicas. Reforçamos essa posição quando da observação pelo autor sobre o Baile Comemorativo ao início do 2º Reinado na Câmara Municipal, onde a maioria da população permanecia atrás dos muros para observar, enquanto uma minoria adentrava aos salões da festa.

Também era freqüente nas residências dos mais abastados, acontecer saraus literários onde eram convidados poetisas, pianistas, enfim, pessoas que ilustravam determinadas reuniões. É neste ponto que, entendemos, começa a intensificar-se em Desterro um interesse cultural, procurando acompanhar as capitais do Reino Unido, sentindo-se a necessidade de um local próprio para as manifestações culturais.

A construção do Teatro Santa Izabel

A primeira notícia que coletamos sobre a construção de um Teatro na vila de Desterro acha-se inserida no Jornal "O mensageiro"(6), que relata a primeira reunião da Sociedade Emprehededora, ocorrida na casa do Sr. Moreira, com o objetivo de tratar da construção de um teatro, fato este reclamado por notas transcritas no jornal da época, e pelo fato de Laguna e São José já possuírem o seu respectivo teatro (7). Na sua organização administrativa participavam várias figuras locais que pagavam, em forma de cotas, a sua contribuição na compra de camarotes, frisas e cadeiras.

Ainda nesta reunião, foram tratados assuntos referentes aos projeto de construção, preço, quantidade de sócios participantes e número de ações a serem vendidas. Porém, a tão volumosa empreitada para a época, há uma certa demora no início da construção desde que foi lançada a idéia em 1854. Sobre essa demora um jornal da época, ironizando a situação, publicou a seguinte nota:

"Digam-me, Srs. Diretores da Companhia Emprehededora, temos ou não temos Teatro ? Olhem que os dias já vão crescidos, o tijolo na olaria está apodrecendo, e a pedra não falta quem a queira fornecer. Este último artigo dizem já estar tratado; mas da forma como o carro anda, creio que teremos a pedra precisa para o edifício lá pela vinda de EL-Rei D. Sebastião, que dizem aparecerá em um dia anunciado, e cheio de fumaça." 8.

Após várias exigências da Sociedade local, em 29 de julho de

1857, a Sociedade responsável pela construção, coloca a pedra fundamental no local que, mais tarde, seria batizado como Theatro Santa Izabel, em homenagem a filha do Imperador D. Pedro II.

E assim, ano após ano, depois de vários atrasos dos pagamentos dos sócios para que as obras tivessem prosseguimento, viu-se a necessidade de pedir empréstimos aos cofres públicos, pedido este aceito pelo então Presidente da Província João José Coutinho, que assim autoriza:

"Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa decretou, e eu sancionei, a resolução seguinte:

Artigo 1º: Fica o Presidente da Província autorizado a conceder à Companhia Emprehededora de um teatro nesta cidade um empréstimo da quantia de 6 contos de réis, que será realizado no exercício de 1859-1860, em prestações mensais de 10% ... 9."

É passado o ano de 1860 e o que se vê é apenas a tentativa da edificação estar coberta até a cumeeira. Um mês depois um furacão faz desabar a cumeeira em construção. No ano seguinte, 1861, em 27 de julho foi promovida uma grande festa quando se recolocou a cumeeira no prédio. Mesmo assim, ainda não era chagado o dia de sua inauguração.

Em 1864 é sancionada uma nova Lei pelo Presidente da Província concedendo mais um empréstimo à Empresa Construtora 10. Porém, com o não pagamento da dívida por parte da Sociedade Em-

prehendedora e por esta não ter concluído ainda a construção, o Governo Provincial vê-se obrigado a tomar posse da obra, através da seguinte determinação:

"Teatro Santa Izabel - Achando-se este teatro em estado de ruína, sem que a respectiva Empresa tenha dado seguimento à sua construção desde 1861 e tendo o cofre Provincial concorrido para ela com a quantia de Rs.6.000\$000 (de que a mesma empresa era obrigada a fazer indenização na forma do artigo 2º da Lei nº 469, de 17 de Abril de 1859, determinei a diretoria da Fazenda provincial, que a executasse, a fim de acautelar os interesses da Fazenda Provincial." ¹¹

Infelizmente, a 30 de agosto de 1870, o Teatro é posto a leilão público, mas ninguém o quis arrematar. Nesse mesmo ano é enviado um pedido ao então Presidente da Província Manoel Vieira Tosta, de ali manter-se aquartelados temporariamente os voluntários da Pátria. O pedido foi aceito, sendo até mesmo enviado o Engenheiro Sebastião de Souza e Mello para inspecionar o estado de segurança do Teatro. ¹²

Antes da sua conclusão, o Teatro Santa Izabel já havia sido utilizado para apresentações de Companhias Teatrais. Em 1871 o Teatro foi utilizado pela Associação Bohemia Dramática Paulista que ficaria até 1872 e, posteriormente, de outubro a novembro de 1873, pela Real Companhia Italiana, com seus espetáculos acrobáticos.

A Lei que orça a receita e fixa as despesas da Província no exercício de 1870-1871, sob o nº 642 de ÁGORA N° 20-21

1871, em seu Capítulo IV "das Disposições Gerais" cita em dois artigos o seguinte:

"Artigo 12 - Feita a aquisição do Prédio do teatro de santa Izabel na forma do Artigo 14 da lei nº 576 de 20 de junho de 1886, o Presidente da Província o fará concluir, destinando-o para teatro, e despendendo pela verba obras públicas, a soma que for precisa.

"Artigo 19 - O Presidente da Província fica autorizado a pagar aos cidadãos João de Souza Freitas. e Manoel Marques Guimarães, as quantias principais e juros, conforme a sentença do Juiz dos Feitos da Fazenda, como credores privilegiados da extinta Empresa do Teatro de Santa Izabel, tirando as quantias da verba - Obras Públicas - que ficará, para esse fim, argumentada com os necessários fundos"

Em 1873 foi então levantada uma planta do Prédio,(que não mais consta dos documentos originais) pelo Engenheiro Domiense Pinto Braga ¹³. Novas obras foram contratadas em junho de 1875 ¹⁴ com o empresário Tenente Coronel José Feliciano Alves de Brito. Ele encarregou-se de construir platibandas na frente do edifício, as muralhas e escavações, e aterro no entorno do mesmo nivelando a sua frente ¹⁵.

Para a conclusão do teatro o Governo Provincial promoveu a abertura de concorrência pública. Quem ganhasse teria o direito da hipoteca e usufruto do teatro e suas instalações até que fosse paga a última prestação. Assim, após 21 anos de construção, o teatro final-

mente é inaugurado no dia 07 de setembro de 1875, com a presença, dentre outras autoridades, do Senhor Presidente da Província Dr. Pedro Affonso Ferreira. Nesta oportunidade foi encenada, pela Sociedade Dramática Particular Recreio Catarinense ¹⁶, a peça: "Amor e Infância".

OS ÚLTIMOS 14 ANOS COMO SANTA IZABEL

Somente em 1877 foi liquidada a dívida com o Coronel Alves de Brito e após a liquidação da dívida o Teatro Santa Izabel passou a funcionar por conta das Companhias Dramáticas que o arrendavam e a quem competia fornecer as cadeiras para os camarotes e platéia, bem como a iluminação do edifício e do espetáculo. O rendimento era incorporado à recita provincial, do mesmo modo que se procedia com o arrendamento de outros prédios provinciais, como o mercado, o cemitério e com os impostos e alugueis sobre outros edifícios públicos ¹⁷.

Em 1878, segundo o Engenheiro Souza e Mello, o edifício já requeria novos concertos - "tanto no soalho, como na segurança das paredes" ¹⁸.

Em 1879, após ter o Governo Provincial saudado a sua dívida com a empresa ganhadora da concorrência pública para a conclusão da obra, o Teatro Santa Izabel passa definitivamente para as mãos do Governo, que de posse do prédio e suas instalações, promove o arrendamento do mesmo a quem se

interessar, contanto que o arrendatário responsabilize-se pela colocação de cadeiras nos camarotes e platéia, bem como a instalação da iluminação necessária aos espetáculos a serem apresentados ¹⁹.

E assim o Teatro é arrendado, mesmo com problemas existentes decorrentes da demorada construção, que nem mesmo a Companhia responsável pela sua conclusão conseguiu sanar. Contudo, o primeiro arrendatário Sr. Coutinho ²⁰, promove a vinda de algumas companhias teatrais para encenarem seus espetáculos no palco do teatro Santa Izabel. Dentre elas, destaca-se a Companhia Dramática representada pelos atores Antonio Pedro e Ismênia dos santos, renomados artistas de palcos nacionais e estrangeiros ²¹.

No Relatório do Presidente da província do ano de 1880, o prédio chamou a atenção pelo seu mau estado de conservação, pois concluía-se que fora:

"...construído em um terreno acidentado e junto a uma grande barranca, devido a qual estreita passagem há pelo lado direito do prédio, (...) seus alicerces estão se arruinando em consequência da umidade mantida pelo alto terreno adjacente onde depositava-se toda a sorte de imundices, / (...) para utilidade do prédio como para embelezamento do Largo, pois era difícil senão perigoso o crescente transito de veículos tratei de regularizar os terrenos fronteiros e adjacentes ao edifício e (...) como não pudesse tomar perfeito esse serviço sem fazer recuar a barranca, (...) mandei escavá-la até chegar a

linha da Rua Espírito Santo, de modo que concluídas as obras, ficará o teatro acessível por todos os lados e situado em praça digna de vossa civilização. / Esta importante obra, (...) não beneficiou só o prédio, (...) Tiraram grande proveito dela o Largo do Palácio e afora outras, as Ruas do Rosário, Espírito Santo, Áurea e Trindade.

O prédio do teatro é um importante edifício, que destacado como agora se acha dos escombros que o encobriam, apresenta uma regular vista, mas (...) se recente de grandes defeitos arquitetônicos interiores e exteriores." ²²

Mesmo sendo utilizado, o teatro apresentava vários problemas nas suas instalações e, já se fazia urgente, 1883, uma reforma que desse a ele condições necessárias a um bom funcionamento. Nessa reforma seriam efetuados serviços de correção de defeitos de construção até serviços de melhor aparelhamento técnico na caixa de palco. Esta reforma seria custeada pelo Governo Provincial, conforme foi divulgada na imprensa da época:

"Ao Tesouro Provincial - A vista do que representou o officio de 16 do corrente, a Comissão Administrativa do Theatro Santa Izabel, sirva-se das ordens a fim de que continue a ser entregue, mensalmente, à mesma Comissão, a quantia de 500\$000 réis, até fazer a

de 1.500\$000 réis, que ella foi autorizada a despendere com as obras do referido Theatro". ²³

Ainda a partir daquela data, o Governo começa a equipá-lo com cadeiras e cenários, facilitando o uso pelas companhias que quisessem utilizá-lo, mesmo com a iluminação deficiente à base de velas, pois na época ainda não tínhamos a luz elétrica.

Em fins de 1885 é publicado o primeiro regulamento oficial que vai fixar normas de utilização das instalações do Theatro Santa Izabel, mas este regulamento constituído de 20 artigos é, de certa maneira, demais exigente para a época. ²⁴

A 15 de novembro de 1889 dá-se a Proclamação da república e com ela chegam também os últimos dias do Teatro Santa Izabel. Com a intervenção do Estado de Santa Catarina pelo Governo Republicano, o Interventor Coronel Antonio Moreira Cesar, tentando apagar as marcas ainda existentes que lembravam a extinta Monarquia, promove algumas mudanças radicais e uma delas é a troca do nome do Theatro Santa Izabel ²⁵. O nome escolhido é Álvaro Augusto de Carvalho, que foi o primeiro dramaturgo catarinense. (26)

NOTAS

1. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro: Memória I, 1972. P.9
2. HUBNER, Laura machado. O movimento comercial do Porto de Nossa Senhora do Desterro no século XIX. Florianópolis, 1979.
3. DUTRA, Dilza Délia. Teatro: A Educação. 1983, P.89.

4. TAUNAY, Afonso D'E. Em Santa Catarina colonial, p. 177.
5. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. op. cit. P. 11.
6. Jornal "O Mensageiro", de 05 de dezembro de 1855.
7. Jornal "O Mensageiro" de 26 de setembro de 1855
8. Jornal "O Mensageiro" de 17 de novembro de 1855.
9. Resolução nº 469. de 27 de abril de 1859
10. Lei Provincial nº 547, de 12 de maio de 1864
11. Fala do Presidente da Província à Assembléia Legislativa em 27 de março de 1870
12. Registro do Presidente da Província aos Engenheiros, Livro II, de 11 de abril de 1870, à página 192,
13. Relatório do Presidente da Província, em 1873, fl. 09.
14. Fala do presidente da Província, em 1875, fl. 70.
15. Ofício dos Engenheiros ao Presidente da província, em 1874, fls. 156 e 157.
16. Jornal "Diário Catarinense", de 20 de março de 1888.
17. Registro do Presidente da Província ao Engenheiro, em 27 de setembro de 1875. Fls. 129 e 130.
18. Ofício do Engenheiro ao Presidente da Província, em 20 de novembro de 1878, fl. 178.
19. Folheto alusivo a reabertura do T.A.C., março de 1886, FCC.
20. Jornal "O Despertador", de 11 de fevereiro de 1879.
21. Idem...
22. Fala do Presidente da Província, em 1880, p. 32
23. Jornal "O Conservador", de 03 de dezembro de 1885.
24. Jornal "O Conservador", de 28 de dezembro de 1885.
25. Folheto alusivo a reabertura do T.A.C., março de 1886, FCC.
26. Álvaro de Carvalho nasceu na Província de Santa Catarina a 12 de março de 1829 e faleceu na campanha contra o Paraguai. Seu nome está no monumento aos catarinenses mortos na guerra, como 1º Tenente da Armada. Dedicou-se muito a literatura, principalmente a Arte Dramática. Escreveu "Pedro Martel", drama em cinco atos, publicado postumamente em 1868. Escreveu outras peças teatrais que se conservam inéditas e desconhecidas. A 22 de setembro de 1853 foi representado pela primeira vez na capital o drama "O pescador ou o Conde de Castalamaré" de sua autoria. Faleceu no Hospital de Buenos Aires, tendo sua morte sido provocada por ferimentos de guerra.